

Prefeitura de Aracruz - ES

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - CONTABILIDADE

Código da Prova

D02 W
TARDE

 Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas

 Duração da prova: 4 horas

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO

“O melhor time do mundo”



ATENÇÃO

Este caderno contém sessenta questões objetivas, cada uma com cinco alternativas de resposta – A, B, C, D e E – conforme disposição abaixo e o tema de redação.

Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	10	1,50
Raciocínio Lógico	10	1,00
Informática Básica	5	1,00
Direito Administrativo e Direito Constitucional	10	2,00
Conhecimentos Específicos	25	2,00

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração de prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando a substituição.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação acarretará a eliminação do candidato
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!



IBADE - INSTITUTO BRASILEIRO DE
APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas

UM HOMEM DE CONSCIÊNCIA

Chamava-se João Teodoro, só. O mais pacato e modesto dos homens. Honestíssimo e lealíssimo, com um defeito apenas: não dar o mínimo valor a si próprio. Para João Teodoro, a coisa de menos importância no mundo era João Teodoro.

Nunca fora nada na vida, nem admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa. E por muito tempo não quis nem sequer o que todos ali queriam: mudar-se para terra melhor.

Mas João Teodoro acompanhava com aperto de coração o desaparecimento visível de sua Itaoca.

- Isto já foi muito melhor, dizia consigo. Já teve três médicos bem bons - agora só um e bem ruinzote. Já teve seis advogados e hoje mal dá serviço para rábula ordinário como Tenório. Nem circo de cavalinhos bate mais por aqui. A gente que presta se muda. Fica o restolho. Decididamente, a minha Itaoca está se acabando...

João Teodoro entrou a incubar a ideia de também mudar-se, mas para isso necessitava dum fato qualquer que o convencesse de maneira absoluta de que Itaoca não tinha mesmo conserto ou arranjo possível.

- É isso, deliberou lá por dentro. Quando eu verificar que tudo está perdido, que Itaoca não vale mais nada de nada, então arrumo a trouxa e boto-me fora daqui.

Um dia aconteceu a grande novidade: a nomeação de João Teodoro para delegado. Nosso homem recebeu a notícia como se fosse uma porretada no crâneo. Delegado, ele! Ele que não era nada, nunca fora nada, não queria nada, não se julgava capaz de nada...

Ser delegado numa cidadinha daquelas é coisa seríssima. Não há cargo mais importante. É o homem que prende os outros, que solta, que manda dar sovas, que vai à capital falar com o governo. Uma coisa colossal ser delegado - e estava ele, João Teodoro, de-le-ga-do de Itaoca...

João Teodoro caiu em meditação profunda. Passou a noite em claro, pensando e arrumando as malas. Pela madrugada botou-as num burro, montou seu cavalinho magro e partiu.

Antes de deixar a cidade foi visto por um amigo madrugador.

- Que é isso, João? Para onde se atira tão cedo, assim de armas e bagagens?

- Vou-me embora, respondeu o retirante. Verifiquei que Itaoca chegou mesmo ao fim.

- Mas, como? Agora que você está delegado?

- Justamente por isso. Terra em que João Teodoro chega a delegado, eu não moro. Adeus.

E sumiu.

(LOBATO, Monteiro. "Conto de Cidades Mortas". In www.gotadeliteraturabrasileira.blogspot.com)

Questão 1

Toda narrativa literária permite que os leitores, a partir dos fatos concretos apresentados em sequência temporal, tirem conclusões a respeito do tema abordado, abstraindo conceitos, valores, denúncias, princípios morais, juízos críticos, etc. Considerando-se essa possibilidade, foram relacionadas abaixo algumas conclusões, das quais a mais pertinente ao que se aborda no texto é a seguinte:

- (A) humildade e dignidade são virtudes que dão à pessoa discernimento dos limites das responsabilidades que pode assumir.
- (B) foge à responsabilidade o cidadão que se nega a assumir uma função social para a qual é designado.
- (C) a falta de iniciativa pode levar até um cidadão honesto a ser malvisto pela comunidade.
- (D) a pessoa em cujo nome não consta o sobrenome de família é socialmente desconsiderada.
- (E) todo homem pacato e modesto tende a ser muito honesto e leal.

Questão 2

Para Alfredo Bosi, importante crítico literário, não se deve procurar na prosa de Monteiro Lobato a categoria da profundidade existencial; o que caracteriza a sua escrita é a facilidade com que narra, com brilho, um caso, uma anedota. Na crônica acima, em que o autor aborda uma situação envolvendo um personagem honesto, mas limitado quanto ao amor próprio, percebe-se, na caracterização do personagem, uma postura de:

- (A) certeza de que não seria designado para o exercício de qualquer função pública.
- (B) esperança quanto à possibilidade de tornar-se prefeito para impulsionar a cidade de Itaoca.
- (C) convicção de que não iria morrer em Itaoca, pois há muito tinha decidido mudar-se.
- (D) confiança de que aceitaria qualquer outro cargo público, menos o de delegado.
- (E) aversão a ter de assumir qualquer compromisso que o levasse a alguma função de notoriedade.

Questão 3

A linguagem literária vale-se com frequência de recursos semânticos que remetem à significação conotativa. Para tanto, vários recursos são utilizados, inclusive os relacionados à expressão do grau, seja do substantivo, seja do adjetivo. Entre os fragmentos transcritos abaixo, aquele em que a expressão do grau está inequivocamente conotando depreciação é:

- (A) "Honestíssimo e lealíssimo" (1º §).
- (B) "mudar-se para terra melhor" (2º §).
- (C) "Ser delegado numa cidadinha daquelas" (8º §).
- (D) "é coisa seríssima" (8º §).
- (E) "Não há cargo mais importante" (8 §).

Questão 4

"Ser delegado numa cidadinha daquelas é coisa seríssima. Não há cargo mais importante. É o homem que prende os outros, que solta, que manda dar sovas, que vai à capital falar com o governo." (8º §)

Diferentemente do discurso narrativo predominante no texto, o trecho transcrito acima está estruturado em discurso dissertativo. Isso porque:

- (A) em vez de reportar-se a fatos passados, focaliza um ponto de vista do enunciador com as formas verbais no tempo presente.
- (B) o personagem protagonista, e também observador, detém-se em analisar um conceito em um tempo psicológico.
- (C) o trecho compõe parte do desenvolvimento do texto, propondo uma discussão sobre um tema, além de expressar o posicionamento do enunciador.
- (D) constitui a conclusão do texto, apresentando uma opinião sobre o problema enfocado e propondo a continuidade do assunto.
- (E) tem a intenção de passar ao leitor uma imagem, tanto quanto possível nítida, da figura que é o objeto do assunto em pauta.

Questão 5

A coesão textual pode ser obtida por meio de elementos de coesão anafóricos e catafóricos. Considerando-se essa propriedade discursiva, está correto afirmar que, dos fragmentos do texto abaixo transcritos, aquele com elemento de coesão catafórica é:

- (A) "com um defeito apenas: não dar o mínimo valor a si próprio" (1º §).
- (B) "mas para isso necessitava dum fato qualquer" (5º §).
- (C) "que o convencesse de maneira absoluta" (5º §).
- (D) "então arrumo a trouxa e boto-me fora daqui" (6º §).
- (E) "Pela madrugada botou-as num burro" (9º §).

Questão 6

O período "Terra em que João Teodoro chega a delegado, eu não moro." (14º §) está corretamente redigido quanto à regência verbal. Das alterações feitas abaixo no período, há erro na relação de regência verbal em:

- (A) Terra onde João Teodoro chega à função de delegado, eu não moro.
- (B) Terra que João Teodoro chega a ponto de ser delegado, eu não moro.
- (C) Terra na qual João Teodoro chega a exercer a função de delegado, eu não moro.
- (D) Terra a respeito da qual se diz que João Teodoro chegou à atribuição de delegado, eu não moro.
- (E) Terra à qual dedicou-se João Teodoro de chegar à incumbência de ser delegado, eu não moro.

Questão 7

Das modificações feitas no fragmento de período "Quando eu verificar que tudo está perdido" (6º §), aquela em que houve alteração do sentido original é:

- (A) Verificado por mim que tudo está perdido.
- (B) Assim que eu verificar que tudo está perdido.
- (C) Mal eu verificar que tudo está perdido.
- (D) Verificando que tudo está perdido.
- (E) Ainda que eu verifique que tudo está perdido.

Questão 8

Das alterações feitas abaixo no período "Não há cargo mais importante." (8º §), aquela em há erro flagrante de concordância verbal é:

- (A) Não há cargos mais importantes.
- (B) Não hão de existir cargos mais importantes.
- (C) Não deve haver cargos mais importantes.
- (D) Não pode existir cargos mais importantes.
- (E) Não há de haver cargos mais importantes.

Questão 9

"João Teodoro entrou a incubar a ideia de também mudar-se, mas para isso necessitava dum fato qualquer que o convencesse de maneira absoluta de que Itaoca não tinha mesmo concerto ou arranjo possível." (5º §)

Na análise do período acima, está correto afirmar que a última oração é subordinada e exerce a função sintática de:

- (A) adjunto adnominal.
- (B) objeto direto.
- (C) complemento nominal.
- (D) objeto indireto.
- (E) adjunto adverbial.

Questão 10

Reescrevendo-se o período composto por coordenação “Nunca fora nada na vida, nem admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa” (2º §), para que se mantenha o sentido original, o período deverá ter a seguinte redação:

- (A) Apesar de nunca ter sido nada na vida, também não admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa.
- (B) Não só nunca fora nada na vida, bem como não admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa.
- (C) Conquanto nunca tivesse sido nada na vida, tampouco admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa.
- (D) Contanto que nunca tivesse sido nada na vida, nem por isso admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa.
- (E) Nunca fora nada na vida, porque não admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa.

Raciocínio Lógico**Questão 11**

Foi realizada uma pesquisa com um grupo de estudantes e verificou-se que, dos 500 pesquisados, 320 gostam de pizza, 210 gostam de alface e 150 gostam desses dois alimentos. Com base nessas informações, o número de estudantes pesquisados que não gostam de nenhum desses dois alimentos é:

- (A) 80.
- (B) 90.
- (C) 100.
- (D) 120.
- (E) 150.

Questão 12

A negação lógica da sentença: “Brasília é capital do Brasil ou Brasil está localizado na América do Norte” é:

- (A) Brasília não é capital do Brasil e Brasil não está localizado na América do Norte.
- (B) Brasília não é capital do Brasil ou Brasil não está localizado na América do Norte.
- (C) Se Brasília não é capital do Brasil, então Brasil está localizado na América do Norte.
- (D) Brasília é capital do Brasil e Brasil não está localizado na América do Norte.
- (E) Se Brasil está localizado na América do Norte, então Brasília não é capital do Brasil.

Questão 13

Numa divisão de números naturais, o maior resto possível é igual a 23 e o quociente é igual a 71. O dividendo dessa divisão é igual a:

- (A) 154.
- (B) 1704.
- (C) 1727.
- (D) 1843.
- (E) 1958.

Questão 14

Considere a sequência numérica 1, 8, 3, 64, 5, O próximo número que completaria essa sequência, de acordo com uma regra lógica, é o:

- (A) 6.
- (B) 128.
- (C) 216.
- (D) 343.
- (E) 625.

Questão 15

Se uma determinada senha de site de internet é formada por 6 letras minúsculas distintas do nosso alfabeto de 26 letras, a quantidade de senhas possíveis para esse site, iniciadas por **cb**, é:

- (A) 255 024.
- (B) 284 200.
- (C) 182 350.
- (D) 164 000.
- (E) 128 900.

Questão 16

Uma pessoa montou um planejamento de 12 meses, visando fazer uma poupança. No primeiro mês, guardou 300 reais, no segundo, guardou 350 reais, no terceiro, guardou 400 reais, e assim sucessivamente, sempre guardando 50 reais a mais do que no mês anterior, até o décimo segundo mês. Sem considerar possíveis ganhos ou perdas com inflação ou investimentos, podemos dizer que essa pessoa acumulou, ao final desses 12 meses, um total de:

- (A) R\$ 5800,00.
- (B) R\$ 6900,00.
- (C) R\$ 7200,00.
- (D) R\$ 8400,00.
- (E) R\$ 9200,00.

Questão 17

Certa mercadoria teve seu preço A aumentado em 25%, gerando o preço B. Posteriormente, sobre o preço B, houve um desconto de 25%, gerando o preço C. O preço C, comparado ao preço inicial A, é:

- (A) Igual.
- (B) 10% menor.
- (C) 12,5% maior.
- (D) 6,25% menor.
- (E) 8,45% menor.

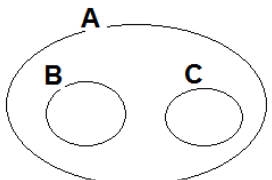
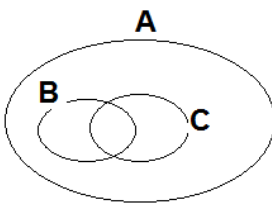
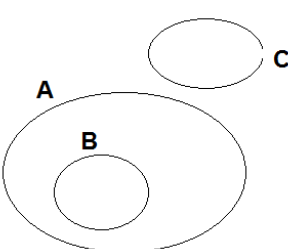
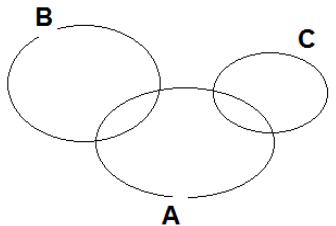
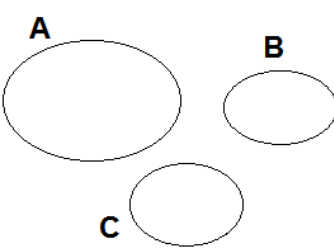
Questão 18

Afirmar que “Carlos não é triste ou Clara é autoritária” é, do ponto de vista lógico, equivalente a dizer:

- (A) se Carlos não é triste, então Clara é autoritária.
- (B) se Clara é autoritária, então Carlos é triste.
- (C) se Carlos é triste, então Clara é autoritária.
- (D) se Carlos é triste, então Clara não é autoritária.
- (E) se Carlos não é triste, então Clara não é autoritária.

Questão 19

A melhor representação, através de um diagrama lógico, dos conjuntos: A, de todos os homens da Terra; B, de todos os homens que jogam futebol e C, de todos os homens brasileiros, é:

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

Questão 20

Um dado cúbico (faces numeradas de um a seis) e uma moeda, ambos não viciados, são lançados simultaneamente. A probabilidade de que as faces voltadas para cima, após o lançamento, apresentem um número maior ou **igual a 4** no dado e **cara** na moeda, é igual a:

- (A) 75%.
- (B) 60%.
- (C) 50%.
- (D) 45%.
- (E) 25%.

Informática Básica**Questão 21**

Na criação de uma apresentação utilizando-se o Power Point é possível gravar uma narrativa (sonora) para os slides. Esse recurso está disponível no seguinte item da barra de ferramentas:

- (A) Inserir.
- (B) Animações.
- (C) Design.
- (D) Apresentação de Slides.
- (E) Exibição.

Questão 22

Uma planilha Excel lida com uma constante (valor do dólar, por exemplo),

que reside na célula B1 e é utilizada ao longo da planilha. Ao criar fórmulas de cálculo usando essa constante e copiá-las para as linhas subsequentes, o Excel alterará a designação da célula B1 para B2, B3, e assim sucessivamente. Para referenciar sempre a célula B1 de modo que ao copiar as fórmulas para outras linhas sua designação não seja alterada usa-se:

- (A) =B1=
- (B) \$B\$1
- (C) \$B1\$
- (D) %B%1
- (E) *B1*

Questão 23

Dentre os sistemas operacionais abaixo, o que foi desenhado para Tablets e Smart Phones denomina-se:

- (A) Windows Server.
- (B) Android.
- (C) Windows Office.
- (D) Linux.
- (E) Z/OS.

Questão 24

Computadores com acesso à internet correm riscos de serem invadidos

e avariados por vírus. Uma regra básica de segurança é: "nunca abra um arquivo de origem desconhecida com a extensão :"

- (A) .exe
- (B) .mp4
- (C) .xls
- (D) .doc
- (E) .aws

Questão 25

No Word, a seção da barra de ferramentas em que se tem a opção de verificar a Ortografia e a Gramática de um texto é:

- (A) Exibição.
- (B) Correspondências.
- (C) Referências.
- (D) Layout da Página.
- (E) Revisão.

Direito Administrativo e Direito Constitucional**Questão 26**

A hierarquia e a disciplina são situações que ocorrem dentro da estrutura funcional da Administração Pública, sendo consideradas por alguns estudiosos como:

- (A) institutos de direito processual penal.
- (B) regras de direito eleitoral.
- (C) poderes administrativos.
- (D) revogações de ato administrativo.
- (E) modalidades de licitação.

Questão 27

Como característica essencial, os bens públicos de uso especial são inalienáveis. Porém, suponha que um órgão da Administração decida dar fim às cadeiras já antigas e que não servem mais como mobiliário para a repartição, realizando procedimento licitatório para a aquisição de novas. Com relação às cadeiras antigas, é correto afirmar que:

- (A) apesar da inalienabilidade, elas poderão ser alienadas em leilão após serem desafetadas, isto é, perderem sua destinação pública.
- (B) apesar da inalienabilidade, elas poderão ser alienadas em leilão após serem desafetadas, isto é, passarem a categoria dos bens públicos de uso comum.
- (C) para esse tipo de bem não há inalienabilidade, bastando a realização de pesquisa de preços com três orçamentos distintos para a venda das cadeiras.
- (D) a inalienabilidade é absoluta, não sendo possível que as cadeiras sejam vendidas, mas apenas doadas a outros órgãos da administração direta.
- (E) a inalienabilidade é absoluta, de modo que o órgão público é obrigado a ficar com as mesmas cadeiras até a completa deterioração do bem.

Questão 28

Quando se fala de Administração Indireta, é indissociável o fenômeno da descentralização, o qual consiste na(o):

- (A) revogação de atos administrativos por motivo de conveniência ou oportunidade.
- (B) aproveitamento, pela própria Administração, dos atos administrativos que apresentarem defeitos sanáveis.
- (C) aproveitamento de um órgão auxiliar pelo órgão central.
- (D) distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica.
- (E) distribuição interna de competências, a qual se dá dentro da mesma pessoa jurídica.

Questão 29

A apuração das infrações funcionais deve ser feita de forma regular, normalmente com as formalidades que rendam ensejo à precisa comprovação dos fatos, e se admitindo sempre ampla possibilidade de defesa por parte do servidor acusado da prática da infração. Via de regra, a apuração de infrações funcionais é formalizada por meio de:

- (A) servidão administrativa.
- (B) ação de usucapião.
- (C) ação civil pública.
- (D) processo penal.
- (E) processo disciplinar.

Questão 30

De acordo com o que dispõe o texto constitucional acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União e respectivas entidades da administração direta e indireta, sabe-se que tal fiscalização é realizada pelo sistema de controle interno de cada Poder, bem como através de controle externo, este exercido pelo(a):

- (A) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) Tribunal de Contas da União, com auxílio do Congresso Nacional.
- (C) Câmara dos Deputados.
- (D) Palácio do Planalto.
- (E) Controladoria-Geral da União.

Questão 31

Considere os seguintes atores constitucionais:

- 1-Presidente da República;
- 2- Supremo Tribunal Federal;
- 3-Ministros de Estado;
- 4-Juízes federais.

Assim, é correto afirmar que:

- (A) 1 e 2 integram o Poder Executivo e 3 e 4 são órgãos do Poder Judiciário.
- (B) 1 e 3 integram o Poder Executivo e 2 e 4 são órgãos do Poder Judiciário.
- (C) 2 e 3 integram o Poder Executivo e 1 e 4 são órgãos do Poder Legislativo.
- (D) 1 e 2 integram o Poder Judiciário e 3 e 4 são órgãos do Poder Legislativo.
- (E) 2 e 4 integram o Poder Judiciário e 1 e 3 são órgãos do Poder Legislativo.

Questão 32

O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é instituído por:

- (A) União.
- (B) Estados.
- (C) Municípios.
- (D) Organização das Nações Unidas.
- (E) Organização dos Estados Americanos.

Questão 33

Recentes alterações foram inseridas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB – Decreto-Lei 4.657/1942), a partir da edição da Lei nº 13.655, em abril de 2018, a qual trouxe novos dispositivos que se situam, particularmente, no âmbito do Direito Administrativo. Eles introduziram alterações que reforçam e complementam a exigência de determinados princípios administrativos já previstos na Constituição e na legislação infraconstitucional, como por exemplo os da:

- (A) legalidade e efetividade.
- (B) segurança jurídica e proporcionalidade.
- (C) publicidade e moralidade
- (D) eficiência e improbidade.
- (E) razoabilidade e movimentação.

Questão 34

Suponha que um grupo de auditores internos, o qual representa a maioria dos profissionais dessa classe, se reúna para criar uma associação cujo fim é cuidar dos interesses da classe. Após a criação, os demais auditores que ainda não se associaram recebem uma carta intimando-os a fazê-lo no prazo de 30 dias, sob pena instauração de sindicância para apurar sua conduta infratora. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- (A) associar-se ao novo organismo criado é dever constitucional do servidor, já que a associação foi criada pela maioria dos auditores.
- (B) associar-se ao novo organismo criado é dever constitucional do servidor, visto que todo servidor público deve pertencer a uma associação de servidores.
- (C) segundo a Constituição, ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, de modo que a ameaça de instauração de sindicância contra o servidor que não se associar é inconstitucional.
- (D) segundo a Constituição, ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, mas é possível a associação compulsória quando a entidade é criada por mais da metade dos profissionais de determinada classe trabalhadora.
- (E) aos servidores públicos são proibidas a sindicalização e a greve.

Questão 35

Acerca dos direitos políticos previstos na Constituição, é certo que o voto é:

- (A) obrigatório para os maiores de 16 (dezesesseis) anos.
- (B) obrigatório para os maiores de 70 (setenta) anos.
- (C) facultativo para os maiores de 14 (quatorze) anos.
- (D) facultativo para os analfabetos.
- (E) proibido para aqueles que não comprovem auferir renda fixa mensal de, pelo menos, um salário-mínimo.

Conhecimentos Específicos**Questão 36**

No detalhamento das classificações orçamentárias da receita pública, utilizada por todos os entes da Federação, é possível identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, ou seja, o acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita no cofre público. Há um nível de classificação vinculado à origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas. Trata-se do seguinte nível de classificação:

- (A) espécie.
- (B) modalidade de aplicação.
- (C) alínea.
- (D) pré-rubrica.
- (E) subalínea.

Questão 37

Os procedimentos de auditoria devem observar alguns ritos para que possam se tornar efetivos; assim, na busca de evidências e em atendimento aos objetivos da atividade de auditoria, o auditor deverá realizar, na extensão julgada necessária, os testes adequados nas circunstâncias. Para tanto, deve delimitar a finalidade da evidência, a qualidade da evidência e os critérios para a sua obtenção. Quando há coerência com as observações, conclusões e recomendações da auditoria, diz-se que a evidência atendeu ao atributo denominado:

- (A) validade.
- (B) pertinência.
- (C) veracidade.
- (D) consistência lógica.
- (E) equivalência.

Questão 38

Na classificação quanto ao regramento, os atos administrativos para os quais a lei estabelece os requisitos e as condições para a sua realização denominam-se atos:

- (A) constituintes.
- (B) estruturados.
- (C) vinculados.
- (D) discricionários.
- (E) complexos.

Questão 39

O instrumento jurídico pelo qual a Administração Pública extingue um ato válido por razões de conveniência e oportunidade denomina-se:

- (A) revogação com efeitos *ex tunc*.
- (B) anulação com efeitos *ex nunc*.
- (C) convalidação com efeitos *ex nunc*.
- (D) revogação com efeitos *ex nunc*.
- (E) anulação com efeitos *ex tunc*.

Questão 40

Os Princípios Orçamentários visam estabelecer regras norteadoras básicas, que são válidas para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos. Há um princípio orçamentário que está previsto, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, o qual determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. Trata-se do seguinte princípio orçamentário:

- (A) periodicidade.
- (B) não afetação de receitas.
- (C) não multiplicidade.
- (D) totalidade.
- (E) da independência.

Questão 41

Com o advento da Constituição Federal de 1988, foi instituído um instrumento de planejamento governamental que se constituiu em verdadeira síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública, estabelecendo diretrizes de forma regionalizada. Estamos nos referindo ao seguinte instrumento de planejamento governamental:

- (A) Lei de Metas.
- (B) Plano Plurianual.
- (C) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) Plano Diretor.
- (E) Plano Nacional de Desenvolvimento.

Questão 42

O princípio doutrinário da Administração Pública que exige proporcionalidade entre os meios de que se utiliza a Administração e os fins que ela tem que alcançar denomina-se:

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) supremacia.
- (D) autotutela.
- (E) razoabilidade.

Questão 43

De acordo com a Lei nº 8.666/93, na modalidade de licitação denominada concorrência, o requisito prévio que diz respeito à regularidade formal do candidato, no que se refere à sua personalidade, ao demonstrar aptidão efetiva para exercer direitos e contrair obrigações denomina-se:

- (A) habilitação jurídica.
- (B) qualificação técnica.
- (C) regularidade fiscal.
- (D) qualificação econômico-fiscal.
- (E) habilitação profissional.

Questão 44

Dentre as etapas da auditoria, o planejamento é um processo que precede ao início da execução do trabalho do auditor. Com relação ao planejamento de auditoria, é correto afirmar:

- (A) O auditor não precisa documentar o seu planejamento geral e elaborar os programas de trabalho por escrito, pois os instrumentos necessários à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade e extensão, estarão disponíveis nas demonstrações financeiras da empresa.
- (B) Os procedimentos de auditoria devem ser genéricos e simplificados, de forma a servir como orientação do trabalho e meio de controle de sua execução.
- (C) A utilização de equipe técnica deve ser prevista de maneira a fornecer razoável incerteza de que o trabalho venha a ser executado por pessoa com capacitação profissional, independência e treinamentos requeridos nas circunstâncias.
- (D) O planejamento e os programas de trabalho não podem ser alterados e atualizados em hipótese alguma, sob pena de nulidade.
- (E) O planejamento da auditoria, quando incluir a designação de equipe técnica, deve prever a orientação e a supervisão do auditor, que assumirá total responsabilidade pelos trabalhos executados.

Questão 45

Existe um instrumento de contabilidade pública que visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio líquido da entidade, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A referência é ao seguinte instrumento:

- (A) demonstração das variações patrimoniais.
- (B) balanço de ajustes orçamentário.
- (C) balanço de variações ativas e passivas.
- (D) balancete de variações patrimoniais.
- (E) mutações extra-orçamentárias do patrimônio.

Questão 46

No âmbito da contabilidade pública, as operações contábeis decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, são denominadas:

- (A) variações patrimoniais qualitativas.
- (B) transações permutativas.
- (C) variações patrimoniais quantitativas.
- (D) entradas patrimoniais compensatórias.
- (E) eventos patrimoniais aumentativos.

Questão 47

Após a execução da despesa prevista no orçamento público, a verificação do cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços é parte integrante de uma etapa que se denomina:

- (A) execução finalística do orçamento.
- (B) verificação da execução.
- (C) realização das metas orçadas.
- (D) controle de realização programática.
- (E) controle da execução orçamentária.

Questão 48

A Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício, é considerada:

- (A) Compatível apenas com o plano plurianual.
- (B) Compatível apenas com a lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) Adequada com a lei orçamentária anual.
- (D) Compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) Adequada com a lei de Programação Orçamentária.

Questão 49

No âmbito das Demonstrações Financeiras do Setor Público, o Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. No quadro do Balanço Financeiro, a conta analítica Caixa e Equivalentes de Caixa está contida no seguinte item sintético:

- (A) Receitas Orçamentárias Desclassificadas.
- (B) Saldo do Exercício Anterior.
- (C) Saldo para o Exercício Seguinte.
- (D) Recebimentos supraorçamentários.
- (E) Despesas Orçamentárias Vinculadas.

Questão 50

O atributo pelo qual o ato administrativo se impõe a terceiros, independentemente de sua concordância, quando se trata de obrigações, denomina-se:

- (A) veracidade.
- (B) tipicidade.
- (C) presunção de imparcialidade.
- (D) imperatividade
- (E) auto executoriedade.

Questão 51

O requisito do ato administrativo representado pelo poder atribuído ao agente da administração para o desempenho específico de suas funções, que decorre sempre de lei e é inderrogável, denomina-se:

- (A) objetividade.
- (B) competência.
- (C) finalidade.
- (D) base normativa.
- (E) Motivação.

Questão 52

O patrimônio líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o patrimônio líquido: patrimônio/capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Quando o valor do passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado:

- (A) superávit financeiro.
- (B) déficit financeiro.
- (C) déficit orçamentário.
- (D) passivo a descoberto.
- (E) variação patrimonial permutativa.

Questão 53

No âmbito da Auditoria existe uma tipologia que tem por objetivo permitir a formação de uma opinião mais concreta sobre o desempenho gerencial dos administradores públicos. Esta tipologia incorpora os conceitos de visão, missão, valores, metas, expectativas e objetivos. Estamos nos referindo ao seguinte tipo de auditoria:

- (A) de acompanhamento.
- (B) de desempenho.
- (C) da qualidade.
- (D) finalística.
- (E) por indicadores.

Questão 54

Um auditor deve se responsabilizar por todos os atos que praticar, bem como deve possuir conduta condizente com as tarefas que o cargo lhe impõe. Constitui regra mandatória e indeclinável no exercício, aquela que impõe ao auditor governamental o dever de utilizar os dados e as informações de seu conhecimento tão só e exclusivamente na execução dos serviços que lhe foram confiados. Trata-se da regra de:

- (A) conduta acautelatória.
- (B) legalidade.
- (C) comportamento moral.
- (D) sigilo e discrição.
- (E) proficiência.

Questão 55

Um contrato administrativo, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, é todo e qualquer ajuste celebrado entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, por meio do qual se estabelece acordo de vontades, para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas. Com relação aos contratos administrativos, é correto afirmar:

- (A) Regulam-se os contratos apenas e tão somente pelas respectivas cláusulas, pelas normas da Lei de Licitações e pelos preceitos de direito falimentar.
- (B) Os contratos celebrados entre a Administração e os particulares são idênticos aos firmados no âmbito do direito privado.
- (C) É subordinado, no contrato administrativo, o interesse da coletividade em face do interesse do particular.
- (D) No contrato devem estar estabelecidas com destreza e comunhão, as cláusulas que restrinjam direitos e provoquem as obrigações e responsabilidades da Administração e dos particulares.
- (E) Após concluído o processo licitatório ou os procedimentos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, a Administração adotará as providências necessárias para a celebração do contrato correspondente.

Questão 56

Uma vez que as receitas públicas são estimadas, no decorrer do exercício financeiro poderá ocorrer superávit ou déficit momentâneo. Se o valor do orçamento for alterado por excesso de arrecadação, ou por inclusão de operação de crédito não prevista inicialmente, ou ainda pela inclusão do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial, ocorrerá:

- (A) alteração do crédito suplementar.
- (B) inclusão adicional de receita.
- (C) dotação suplementar extraordinária.
- (D) provisão orçamentária extra.
- (E) previsão adicional de receita.

Questão 57

Na execução orçamentária, as despesas públicas cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda esteja vigente o direito do credor, constituem a seguinte categoria de restos a pagar:

- (A) Com prescrição interrompida.
- (B) Processado mas não anulado.
- (C) Insuficiente mas não anulado.
- (D) Não Pagos a Compensar.
- (E) Não Pagos em Liquidação.

Questão 58

Na contabilidade pública, existe um instrumento que visa comparar o orçamento aprovado com o executado, demonstrando as receitas arrecadadas. Trata-se do seguinte instrumento:

- (A) balanço de déficit orçamentário.
- (B) resultado orçamentário bruto.
- (C) balanço orçamentário.
- (D) demonstração do resultado patrimonial.
- (E) balancete de apuração do déficit público.

Questão 59

De acordo com a Lei nº 8.666/93, também conhecida como Lei das Licitações, para os casos em que não há possibilidade de competição nos certames da Administração Pública, há uma situação, caracterizada e descrita, inclusive com respectivas hipóteses, de:

- (A) inexigibilidade de licitação, cujas hipóteses são taxativas.
- (B) inexigibilidade de licitação, cujas hipóteses são exemplificativas.
- (C) dispensa de licitação, cujas hipóteses são exemplificativas.
- (D) licitação deserta, cujas hipóteses são taxativas.
- (E) dispensa de licitação, cujas hipóteses são taxativas.

Questão 60

Nos procedimentos de auditoria, a análise da documentação de auditoria deve se fundamentar em dados e informações que tenham o máximo de fidedignidade e acurácia; assim, quaisquer informações ou dados que revelem ou evidenciem formas de julgamento sobre atos e fatos administrativos revelados pelo sistema contábil ou de controle da entidade, são denominadas (os):

- (A) indicativos.
- (B) apontamentos.
- (C) direcionadores de convicção.
- (D) notas referenciais.
- (E) indicadores referenciais.

Redação

Leia os textos abaixo:

Texto I

A investigação de crimes migrou para o ciberespaço e mudou a vida dos advogados de defesa, obrigados agora a usar tecnologias para lidar com o volume imenso de informações de um processo, diz Marcelo Stopanovski, especialista em ciência da computação aplicada a assuntos jurídicos.

Abaixo, duas das onze perguntas da entrevista a Machado da Costa.

- Hoje uma grande preocupação das investigações é a quebra de sigilo do WhatsApp. Alguns anos atrás, era o grampo telefônico. Com o avanço tecnológico, o que fazer para manter a capacidade de investigação?

Há alguns anos atrás, você tinha um pessoal falando da Nextel; depois, do BlackBerry. Hoje, temos o paradigma do WhatsApp. Cada vez que uma tecnologia é utilizada, você tem de ter uma abordagem investigativa nova para colocar essas provas dentro dos autos. Assim como a acusação precisa de uma maneira nova para computar, guardar uma prova, a defesa precisa se atualizar para poder analisar e validar essa prova produzida. Cada tecnologia nova traz uma abordagem diferente. A gente vê isso o tempo todo.

- Não é possível fazer uma grande “malha fina”?
- Já existe inteligência artificial dentro dos órgãos do governo para dizer :”Olha, nossas compras seguem determinado padrão e essa aqui saiu do padrão”. Como duas empresas que concorreram em um processo e estão no mesmo endereço. Isso dispara um alarme. Esses cruzamentos permitem avanços grandes dos órgãos de controle.(...)

Revista Época, 11/03/19. (Adaptado)

Texto II

A tragédia de Brumadinho não para de macular a reputação da Vale. Desde o rompimento da barragem da Mina de Córrego do Feijão, que deixou 203 mortos, 105 desaparecidos e o Rio Paraopeba em agonia, a gigante brasileira da mineração já foi excluída do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), do mercado acionário brasileiro, e do Pacto Global, canal de aproximação das Nações Unidas com o setor privado. Esta semana foi a vez de o Instituto Ethos, organização civil que reúne empresas comprometidas com boas práticas de responsabilidade socioambiental, suspender a companhia do quadro de associados por dois meses.

(...)

Nunca, de uma só vez, a Ethos teve de lidar com tantas catástrofes corporativas num período tão curto de tempo, admite Caio Magri, presidente da entidade.

(...)

“Todas as empresas têm problemas. A questão é se conseguimos ou não fazê-las avançar ao longo do tempo. Tantos episódios em tão pouco tempo sugerem que as métricas e ferramentas criadas para avaliar a responsabilidade socioambiental não estão funcionando bem”, completa Magri.

(...)

Faz alguns anos que o compromisso de corporações locais com ética e responsabilidade socioambiental está em xeque. A Operação Lava-Jato, que está completando cinco anos, levou à exclusão das principais construtoras brasileiras da lista do Ethos.

(...)

Flávia Oliveira. O preço da imagem arranhada. O Globo, 15/03/2019.

Proposta de Redação:

O avanço tecnológico vem mudando a forma de se trabalhar e é responsável pelo sucesso nos mais variados campos da vida nacional. Por outro lado, administrações públicas e privadas ocupam os noticiários por seu mau desempenho. Que problemas podem ser apontados nesses casos?

A partir da leitura dos textos motivadores, reflita e redija um texto dissertativo-argumentativo, de 25 a 30 linhas, sobre o tema : Eficiência na empresa moderna. Selecione argumentos consistentes para a defesa da sua tese. Dê um título a sua redação.